

02 de julho de 2010

*Este Clipping é preparado pela Secretaria Executiva da ADIMB. O conteúdo é de inteira
responsabilidade dos meios de origem*

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a
Indústria Mineral Brasileira

SimeXmin
IV SIMPÓSIO BRASILEIRO
DE EXPLORAÇÃO MINERAL
IV BRAZILIAN SYMPOSIUM
ON MINERAL EXPLORATION

23 a 26 de maio de 2010
Ouro Preto
Minas Gerais, Brasil

REFERÊNCIA EM PROSPECÇÃO MINERAL



PARA DOWNLOAD DAS PALESTRAS
APRESENTADAS NO SIMEXMIN '2010,

CLIQUE AQUI

ou então acesse:
www.adimb.com.br/simexmin2010
e clique em **PALESTRAS**.



IMPORTANTE!

Login de acesso: **participante**
Senha: **simexmin2010**

www.adimb.com.br/simexmin2010

PROMOÇÃO

 **ADIMB**
Agência para o Desenvolvimento
Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira

CO-PROMOÇÃO



SECRETARIA EXECUTIVA

ÉTICA
PROMOÇÃO DE EVENTOS

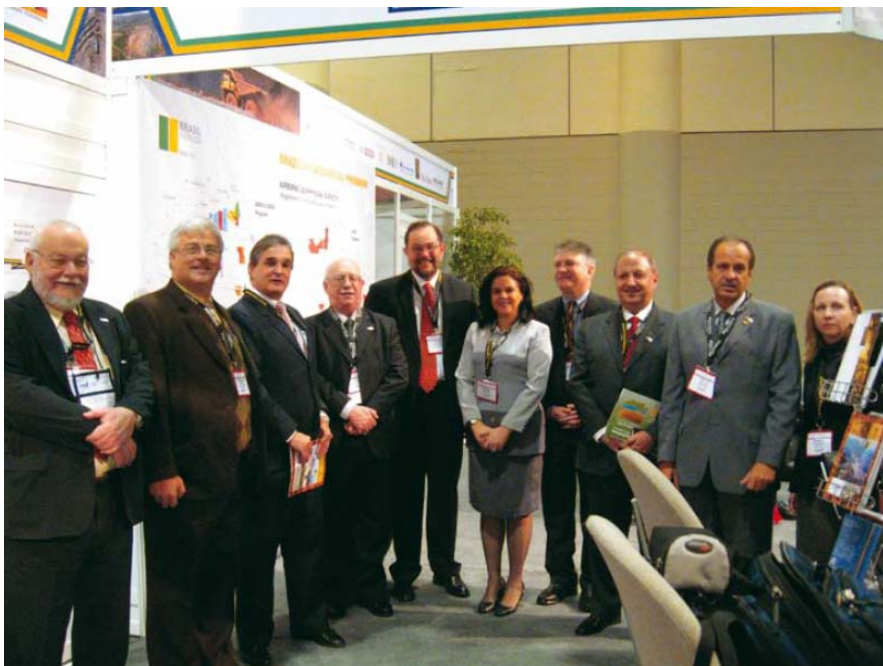


PDAC 2010: O MERCADO MUDA DE HUMOR

Ao contrário do que aconteceu na convenção do PDAC (Prospectors and Developers Association of Canada) de 2009, quando a economia chegava ao fundo do poço e os mineradores estavam ainda em estado de choque, o evento deste ano aconteceu num clima de maior otimismo. Se no ano passado as companhias viam os preços de suas ações despencarem e as cotações das commodities metálicas chegarem a níveis que sequer cobriam os custos de produção, em 2010 o quadro é bem diferente: os preços estão em recuperação, os valores das ações voltam aos níveis de antes da crise e os mineradores começam a ver o futuro com mais otimismo, embora ainda com certa cautela.

Realizada de 07 a 10 de março de 2010, na cidade de Toronto (como habitualmente), a convenção deste ano registrou recorde de público, recebendo 21.600 delegados, incluindo cerca de 900 estudantes, que lotaram as dependências do Metro Convention Center. Como das vezes anteriores, além das centenas de companhias que exibem seus prospectos em busca de investidores, concentradas no Investors Exchange, vários países – principalmente da América Latina – mostraram seus atrativos na disputa por investimentos para impulsionar o desenvolvimento de sua indústria mineral, na área denominada Trade Show, que reúne também os prestadores de serviços na área de exploração mineral e os fabricantes de equipamentos utilizados na atividade de prospecção mineral. No total, mais de 1.000 empresas fizeram parte do evento.

Assim como em outras edições do PDAC, o Brasil esteve presente com um pavilhão que abrigou as principais entidades governamentais do setor, várias empresas de mineração ou exploração mineral que atuam no País e as organizações empresariais do setor privado, como Ibram, Adimb, Sindiextra e outras. O Brasil Pavillion, coordenado pela Adimb (Agência para o Desenvolvimento da Indústria Mineral Brasileira), ocupou uma área de 185 metros quadrados e recebeu a visita, segundo os organizadores, de 1.200 pessoas, representando



Visita do Embaixador Paulo Cordeiro e comitiva ao estande do Brasil

57 países. Além disso, o Brasil participou com uma delegação formada por 58 empresários e profissionais representando o setor privado e governamental. A revista Brasil Mineral também fez parte do pavilhão, com uma edição especial em inglês mostrando os desenvolvimentos recentes e as perspectivas do setor mineral brasileiro. A edição também foi distribuída aos participantes do evento e espaço específico na entrada do Metro Convention Center.

A participação brasileira foi marcada, ainda, por um café da manhã de confraternização entre representantes das empresas, coordenação e convidados, o qual reuniu 59 pessoas que ouviram apresentações do secretário executivo da Adimb, Onildo Marini, do presidente do Ibram, Paulo Camillo Penna, e do secretário adjunto de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Carlos Nogueira da Costa Júnior. Além disso, aconteceram dois outros eventos envolvendo o Brasil: o Brazilian Mining Day e o Project Presentations & Network Event. Ambos foram realizados através de um esforço conjunto entre a BCCC (Brazil Canada Chamber of Commerce), o Foreign Affairs and International Trade Canada e a Associação Comercial de Minas Gerais. O Brazilian Mining Day se iniciou com uma delegação brasileira participando da abertura dos negócios da TSX, no dia 8 de março e teve prosseguimento com apresentações na sede da Heenan Blaikie LLP. Na ocasião falaram o embaixador do Brasil no Canadá, Paulo Cordeiro, o ministro do Comércio Internacional do Canadá, Louis Lévesque, a presidente da BCCC, Mary Anderson, o secretário adjunto da SGM do Ministério de Minas e Energia, Carlos Nogueira da Costa Júnior, o presidente da TSX, Kevan Cowan, e representantes de algumas empresas: Rio Novo Gold, Pinheiro Mourão e Raso Advogados, Veirano Advogados e Heenan Blaikie Mining Group. No último dia do PDAC (10 de março), foi realizado o seminário “Project Presentations & Network Event”, no qual falaram representantes do governo brasileiro e empresas com projetos no Brasil. Miguel Cedraz Nery, do DNPM, e Walter Baere de Araújo Filho, do Ministério de Minas e Energia, explicaram as bases do novo marco regulatório que está sendo proposto pelo governo. Em seguida, Greg Ferron, da TSX, fez uma apresentação sobre as formas de acesso de empresas com atuação no Brasil que pretendem captar recursos no Canadá e Fred MacMahon, do Fraser Institute, falou sobre a posição do Brasil em termos de atratividade para investimentos em exploração mineral. Por fim, representantes das empresas Codelco, Mbac, Cone, South America EDC, Rio Novo Gold, Troy e Talon Metals detalharam seus projetos no território brasileiro. O evento foi encerrado por Wanja Nóbrega, Adida Comercial do Consulado Brasileiro em Toronto.

Campanha contra projeto de lei

Um dos destaques durante a convenção do PDAC deste ano foi uma campanha feita pela entidade contra o projeto de lei denominado “Bill C-300”, de autoria do parlamentar John McKay, o qual estabelece algumas regras para atuação das companhias mineradoras canadenses nos países em desenvolvimento.

De maneira genérica, a proposta determina que qualquer pessoa ou empresa, em qualquer lugar do mundo, poderá formular denúncia contra a atuação de determinada companhia alegando que a mesma não está obedecendo às normas de responsabilidade social e ambiental. A denúncia seria encaminhada, por escrito, a qualquer representação do governo canadense, que a encaminharia aos ministérios de Relações Exteriores e de Comércio Internacional, cabendo aos ministros decidirem se a denúncia é procedente ou não. Caso seja julgada procedente, os ministérios determinarão a abertura de um processo de investigação com prazo de um ano, para comprovar as denúncias e, se confirmadas, estabelecer as punições.

A direção do PDAC manifestou-se frontalmente contrária à proposição e fez campanha neste sentido durante toda a convenção, distribuindo aos delegados um button e uma carta-manifesto. Para a entidade, o projeto de lei, se aprovado, poderá causar sérios danos às companhias de exploração e extração mineral canadenses, que já possuem códigos voluntários de responsabilidade social e ambiental, como o “e3Plus”. Os dirigentes também argumentam que as companhias que eventualmente forem sujeitas à investigação terão que despender tempo e dinheiro para preparar sua defesa, além de perder a confiança de seus acionistas e enfrentar dificuldades para encontrar parceiros visando a implantação de novos projetos. Além disso, uma vez que não estão previstas punições para os autores das denúncias, cria-se um vasto campo para a atuação daqueles que são contra a atividade de mineração ou tenham algum tipo de ressentimento contra uma empresa

canadense. “E quem acabará prejudicado serão os contribuintes do Canadá, que pagarão pelos custos das investigações internacionais”, dizem os dirigentes da PDAC.

Boas perspectivas para as commodities

De uma maneira geral, os analistas que fizeram apresentações na convenção do PDAC traçaram perspectivas otimistas, algumas mais outras menos. Andrew Keen, do HSBC Securities, afirmou que os fundamentos para o mercado de metais, particularmente em médio prazo, são favoráveis, já que em geral os preços duplicaram nos últimos 12 meses, com exceção do ouro. Para ele, o Ocidente está apenas na metade do ciclo de recuperação dos metais.

A duplicação do preço dos metais foi fortemente influenciada pela demanda chinesa, já que o país abordou a crise de forma diferente daquela adotada pelos EUA. Ou seja, a China desembolsou dinheiro em transporte, infraestrutura e construção de casas, o que demanda cobre, aço e alumínio, por exemplo. Mesmo assim a China não ficou totalmente imune à crise e experimentou uma taxa de crescimento menor do que a verificada em anos anteriores. Apesar disto, foi uma taxa que contrastou com a de outros países. Os estoques chineses de cobre, zinco, alumínio e níquel aumentaram entre 7% e 8% desde 2009, o que é um fato interessante, considerando-se que a demanda por metal se contraiu mais ou menos na mesma proporção durante a crise.

Para o analista do HSBC, a previsão do futuro traz em si algumas dificuldades, mas da mesma forma que ninguém esperava que os preços dobrassem nos últimos 12 meses, ninguém também espera que os mesmos possam cair pela metade. Assim, ele recomenda àqueles que desejam fazer previsões, a usar os fundamentos do mercado. “Nós precisamos pensar que há commodities que poderiam ter dobrado de preço e não cair pela metade (como os contratos de minério de ferro, carvão, coque de carvão e platina), mas também temos que pensar que há preços que poderiam ter caído pela metade e não dobrar (caso do cobre)”. Ele também recomenda que se pense sobre o que acontecerá com todo o dinheiro que está sendo gerado, alertando que em 2010 e 2011 esse dinheiro provavelmente irá para investimentos. “O dinheiro irá para despesas de capital, mas não haverá projetos suficientes sendo gerados para absorver tais investimentos. Assim, uma parte do dinheiro irá para aquisições e outra para fusões, especialmente com Junior companies. Em razão desse cenário, as conclusões principais do analista são: o risco de desaceleração da china foi superestimado, e por esta razão as perspectivas de médio e longo prazo são favoráveis, principalmente levando-se em conta que não haverá escassez de matérias-primas para atender à demanda; a recuperação está ocorrendo em algumas commodities: e, finalmente, as empresas têm caixa disponível, uma vez que os seus balanços voltaram a ser positivos e os custos foram reduzidos durante a crise.

Outra prova da mudança de cenário foi o desempenho da bolsa de Toronto, que agora se chama TMX e que abrange os negócios da TSX (Toronto Stock Exchange) e TVX (Toronto Venture Exchange). Na TVX, os negócios aumentaram nada menos que 112% em 2009, marcando um recorde de crescimento, enquanto na TSX o aumento foi de 39%. Da mesma forma, o financiamento de novos negócios, na TSX, teve um aumento de 70%. O volume total de negócios aumentou de 153.3 bilhões de dólares, em 2008, para 165.4 bilhões de dólares. Ou seja, apesar da crise não faltou dinheiro para quem tinha bons projetos. Don Drummond, vice-presidente sênior e analista chefe do Bank Financial Group, também traçou um cenário positivo para a economia global, prevendo um crescimento de 4.1 e 4.0 para o PIB global em 2010 e 2011, respectivamente, puxado pela China e países em desenvolvimento e por uma leve recuperação dos países desenvolvidos.

Ao contrário do que muita gente poderia supor, ele prevê que a América do Norte terá um desempenho bem melhor do que a Europa, crescendo mais de 3%, enquanto a Europa dificilmente chegaria aos 2%. Para o analista, as commodities serão decisivas para o crescimento de alguns países, notadamente Chile, Brasil, Rússia e Austrália, inclusive porque os preços deverão subir gradualmente, beneficiando as economias desses países. Este quadro tem contribuído para que os países emergentes ampliem sua participação na economia global, em detrimento das economias avançadas.

A expectativa é que os emergentes ampliem sua participação para mais de 60%, enquanto os avançados cairão para menos de 40%, com os EUA situando-se abaixo de 20%. Ou seja, é a vez dos emergentes, em sua opinião. A boa notícia que ele levou aos participantes do PDAC é que, de acordo com sua análise, a recessão americana cessou e o país passará de uma taxa negativa de crescimento (-2,4% em 2009) para uma cifra positiva (2,9% em 2010 e 3,4% em 2011). Ele também se arriscou a fazer previsões sobre o comportamento dos preços das commodities. Para o petróleo, a estimativa é que o preço fique em torno de 80 dólares o barril em 2010; o cobre deve ficar em torno de 20 dólares a libra; o níquel se situará entre 8 e 9 dólares a libra; o alumínio custará 130 cents a libra; o zinco ficará em torno de 118 cents a libra; e o ouro (contrariando outras previsões), deverá se situar abaixo de 800 dólares por onça.

Exploração: uma afirmação contundente

Provavelmente 90% ou mais de toda a exploração mineral realizada hoje no mundo é mal feita. A afirmação, contundente, é de David Hall, da Stratex International, e foi emitida na convenção do PDAC 2010. Segundo ele, das cerca de mil empresas que estiveram presentes na convenção, menos de 1% deverão encontrar e desenvolver um depósito econômico e “o fracasso em termos de definição de um depósito mineral econômico é a norma em nosso negócio”. Em função disso, as novas descobertas são mais importantes do que nunca.

Para Hall, o papel do profissional de geologia é cada vez mais decisivo na descoberta de novos depósitos, porque o sucesso na exploração depende do uso de conhecimento das relações entre a geologia e os vários tipos de depósitos e processos minerais, aliada com a experiência, a fim de interpretar todas as informações disponíveis para uma determinada região, distrito ou prospecto. Disso é que decorre toda a ação. Mas ele radicaliza quando se refere ao uso do computador: “Aquele que fica no escritório sentado à frente do computador nunca descobre um depósito”. Em sua opinião, pouco dinheiro é destinado a estudos de avaliação conceitual e regional e busca das novas gerações de depósitos. A alma do negócio de exploração e desenvolvimento mineral é a formação de uma grande equipe e a transmissão do conhecimento intelectual, o que, segundo ele, quase nenhuma empresa está fazendo. “Precisamos tirar os geólogos mais experientes dos ambientes de ar condicionado e gravata e colocá-los junto às rochas, onde podem criar valor”. Por fim, ele dá alguns conselhos a quem deseja aumentar suas possibilidades de sucesso: 1. atenção à qualidade das pessoas (pessoas com qualidade não podem ser copiadas ou substituídas); 2. formar equipes técnicas de qualidade (uma boa equipe permite que diferentes pontos de vista e perspectivas sejam levados em conta desde o início, conduzindo a decisões mais acertadas); 3. atenção à liderança (liderança é distinto de gerenciamento – nem sempre um bom gerente é um bom líder, e vice-versa); 4. gerenciamento dos riscos (a avaliação e controle dos riscos inerentes à atividade de exploração permite que oportunidades não sejam perdidas e que as vantagens competitivas são alcançadas).

Ainda com relação ao tema exploração mineral, Richard Schodde, da MinEx Consulting traçou um panorama global das tendências de descobertas no período 1950-2009, cobrindo principalmente os metais não-ferrosos, metais preciosos, diamante e urânio. Assim, ficaram de fora os minerais de grandes volumes (como minério de ferro, carvão, bauxita) e os minerais industriais (caulim, talco, fosfato, potássio etc). A análise aponta que o número de descobertas, que havia alcançado picos durante os anos 90, começou a declinar a partir do ano 2000 e chegou a números significativamente baixos na última década. Por região, sobressaem as descobertas na América Latina, países da antiga União Soviética e China. Em termos de bem mineral, os metais preciosos, principalmente o ouro, lideraram fortemente a partir dos anos 80. Porém, nos depósitos encontrados o teor de ouro é declinante, com algumas poucas exceções. E um aspecto interessante é que a maioria das descobertas foram realizadas por Junior companies, o que reafirma o papel dessas empresas no cenário mineral mundial. Ele apontou que o número de descobertas, na última década, é inversamente proporcional aos gastos com exploração mineral, o que indica que a taxa de sucesso é

cada vez menor. Em 2009, por exemplo, para gastos superior a 13 bilhões de dólares, as descobertas de depósitos de classe mundial foram apenas quatro.

Empresas retomam planos

O bom momento vivenciado pela mineração e o desempenho favorável da bolsa de Toronto têm motivado as empresas que encontram no mercado canadense sua principal fonte de financiamento a retomarem planos. O momento tem sido favorável também para as companhias estreantes com atuação no Brasil. Os dois casos mais recentes e marcantes são o da Rio Novo Gold Inc., no segmento de ouro, e a MBAC, no setor de fertilizantes.

A Rio Novo, que estreou na bolsa de Toronto, no Canadá, no início de março, com um bem sucedido IPO, vai instalar duas novas minas de ouro no Brasil, em áreas que anteriormente pertenciam à Vale e que foram negociadas em troca de uma jazida de níquel. A primeira mina a entrar em operação será a de Almas, no estado do Tocantins, onde será instalada uma operação de mineração a céu aberto e uma planta de concentração pelo método CIL. De acordo com Júlio Carvalho, presidente da empresa, a capacidade de produção será de 100 mil onças e o teor é considerado muito bom (quase duas gramas de ouro por tonelada de minério), o que possibilita um cash cost baixo. Caso o preço do ouro se mantenha nos níveis atuais, a operação poderá gerar um cash flow líquido de US\$ 80 milhões por ano. Como o investimento previsto para a implantação é da ordem de US\$ 42 milhões, o projeto se pagará em menos de um ano. A operação em Almas deve ser iniciada no final de 2011. O outro empreendimento é o projeto Garantã, no Mato Grosso, onde existem reservas medidas e indicadas de 365 mil onças, mais 500 mil onças em estágio de definição. O estudo de pré-viabilidade indicou que é possível se implantar uma operação para produzir inicialmente 100 mil onças anuais, com possibilidade de ser ampliada, já que existe potencial na área para mais de 1 milhão de onças. A idéia é implantar uma instalação central, para tratar minério extraído num raio de 20 a 25 km. O investimento previsto é de US\$ 70 milhões e a operação deve ser iniciada até o final de 2012. Em sua estréia na bolsa de Toronto a empresa conseguiu captar US\$ 46 milhões, assegurando os recursos para implantação do projeto Almas.

A MBAC Fertilizers, que no Brasil tem participação na Itafós, teve sua primeira cotação na bolsa de Toronto em 30 de dezembro de 2009 e em sua oferta pública inicial de ações captou 57,5 milhões de dólares. Em março a empresa, segundo sua direção, já possuía em caixa 83 milhões de dólares. Atualmente, através da Itafós, a empresa está fazendo o estudo de viabilidade para o projeto de Arraias (TO), que deve ser concluído em abril. Se o board aprovar o estudo, o projeto deve ser iniciado a partir de maio, com a contratação de serviços e aquisição de equipamentos. Se tudo ocorrer conforme o previsto, a operação pode ser iniciada no primeiro trimestre de 2012. Na primeira fase do empreendimento, a expectativa é produzir 541 mil toneladas de SSP, mais 50 mil toneladas de ácido sulfúrico e 95 mil toneladas de um produto denominado F160, com 16% de P2O5. Os investimentos previstos para a fase 1 são da ordem de 150 milhões de dólares, destinados à implantação de uma nova mina, instalações de beneficiamento, planta de ácido sulfúrico, planta de SSP, e planta de granulação. Na fase 2, prevista para entrar em operação por volta de 2015, a produção deve evoluir para 1,082 milhão de toneladas de SSP, 100 mil t de ácido sulfúrico e 190 mil t de F160. Atualmente a Itafós está produzindo 50 mil toneladas de Super 12 e 50 mil toneladas de Itafós 24 (concentrado com 24% de P2O5). A companhia concluiu uma campanha de 48 mil metros de furos de sondagem, o que lhe assegurou reservas suficientes para seguir em frente com o projeto de ampliação da produção. A empresa também está planejando atuar na produção de potássio, embora a prioridade no momento seja o fosfato. No momento a companhia está definindo uma área para a realização de sondagem, em propriedades que adquiriu da empresa australiana Redstone. Também estão previstos trabalhos na costa brasileira, a profundidades de no máximo 120 metros, onde existe viabilidade para extração de potássio pelo método de dissolução.

Outras empresas listadas na bolsa de Toronto, com atuação prioritariamente no Brasil e que estão com projetos de produção programados são a Aura Minerals, Carpathian Gold, Largo Resources e Yamana Gold.

A Aura Minerals tem como principal projeto o desenvolvimento do depósito de Serrote, localizado no município de Arapiraca, estado de Alagoas, onde já identificou recursos de 2,6 bilhões de libras de cobre, 730 mil onças de ouro e aproximadamente 20 milhões de toneladas de minério de ferro. A decisão sobre a implantação do empreendimento deve sair até o final de 2010 e o investimento deverá ser da ordem de 500 milhões de dólares. Até agora a empresa já investiu na área cerca de 60 milhões de reais em pesquisa, sondagem e engenharia. Em 2009, a Aura assumiu três projetos de ouro que pertenciam à Yamana Gold, sendo dois no Brasil (São Francisco e São Vicente) e um em Honduras (San Andrés), tornando-se, portanto, produtor do metal.

A Yamana Gold programou investimentos de US\$ 515 milhões para 2010 e US\$ 455 milhões para 2011, a serem aplicados na expansão e melhoria das minas atualmente em operação e implantação de novos projetos. Estes valores incluem os gastos relacionados com a manutenção e operação dos ativos atualmente em operação. Entre os projetos no Brasil, os principais são C1 Santa Luz e Ernesto/Pau a Pique, os quais devem iniciar operação por volta de 2012. O projeto C1 Santa Luz, localizado na Bahia, já teve a sua implantação iniciada e sua capacidade projetada é de 104 mil onças de ouro por ano, podendo evoluir para 130 mil onças, a um custo médio de US\$ 465/onça. O investimento programado é de aproximadamente US\$ 143 milhões. Ernesto/Pau a Pique, no Mato Grosso, teve o seu estudo de viabilidade aprovado em janeiro de 2010, sendo a implantação iniciada logo a seguir. O empreendimento tem um custo estimado de produção bastante favorável, já que se situa em torno de US\$ 356/onça. O investimento está orçado em US\$ 86 milhões.

A Carpathian Gold planeja colocar em produção, a partir de 2011, o seu projeto Riacho dos Machados, em Minas Gerais, numa área antigamente lavrada pela Vale. De acordo com a empresa, existem no local reservas medidas e indicadas de aproximadamente 1,3 milhão de onças de ouro, além de um potencial de mais 1,1 milhão de onças em subsolo. A implantação do empreendimento fica facilitada, porque já existe infraestrutura instalada em termos de estrada, prédios de suporte e uma linha de eletricidade de 13.8 Kv. A mina, quando em operação, poderá produzir aproximadamente 102 mil onças de ouro por ano, por um período de aproximadamente 7 anos, a um custo operacional de US\$ 428/t. O investimento total é calculado em US\$ 125,5 milhões e a lavra inicialmente seria realizada a céu aberto, podendo passar a subterrânea a partir do quarto ou quinto ano, o que possibilitaria estender a vida útil da mina para 10 anos (o estudo de viabilidade foi feito prevendo uma vida útil de aproximadamente 7 anos). A Largo Resources está dando continuidade ao projeto Maracás, na Bahia, para produção de 4.500 toneladas/ano de ferro-vanádio. No local, existe uma reserva de 138 milhões de libras de vanádio contido em ferro-vanádio, o que possibilita uma vida útil de 23 anos. Recentemente a empresa anunciou que adquiriu mais 33.5% de participação que pertenciam à Vale e Odebrecht na Companhia de Maracás, pelo valor de US\$ 5 milhões. Com isso, a Largo elevou para 80% sua participação no empreendimento e tem, ainda, a opção de adquirir mais 10%, pelo valor de US\$ 8 milhões.

Fonte: Brasil Mineral, nº 293

ESTADÃO.COM.BR

AUSTRÁLIA E CHINA ASSINAM ACORDOS NO VALOR DE US\$ 8,8 BILHÕES

Austrália e China assinaram acordos comerciais avaliados em US\$ 8,8 bilhões nos setores de recursos naturais e energia, segundo anunciou nesta segunda-feira, 21, o primeiro-ministro australiano, Kevin Rudd.

Coincidindo com a visita do vice-presidente chinês, Xi Jinping, foram assinados dez convênios que segundo o líder australiano refletem a forte e crescente cooperação entre Canberra e seu principal parceiro comercial.

Entre os acordos destacam-se o compromisso do China Development Bank de fornecer um empréstimo de US\$ 1,2 bilhão para o desenvolvimento de uma mina de ferro.

Outro dos pontos assinados permitirá a especialistas e engenheiros chineses a trabalhar na expansão do projeto de ferro mineral da Fortescue empresa propriedade do multimilionário Andrew Forrest na região de Pilbara, na Austrália Ocidental.

"Demonstra as relações dinâmicas entre ambos os países neste setor e a forte complementaridade de ambas as economias", disse Rudd através de um comunicado.

Os anúncios também advertem os cidadãos, que nos próximos meses serão convocados às urnas para realizar eleições gerais, dos perigos de debilitar a indústria mineira em tempos de crise econômica.

Fonte: Estadão.com.br

ESTADÃO.COM.BR

UMA MINA DE PROBLEMAS

Assinado, em 2006, por Eike Batista, contrato agora cria saia justa para Anglo American e empresa no Bahrein

O bilionário Eike Batista, empresário mais celebrado do momento, virou personagem de uma encrenca internacional, que envolve a mineradora britânica Anglo American, uma empresa do Oriente Médio e duas minas de ferro no Brasil. No centro da confusão, há um contrato assinado por Eike há quatro anos, repassado à Anglo na sequência e não honrado até hoje com a Gulf Industrial Investment Co. (GIIC), uma processadora de minério de ferro do Bahrein.

O caso começou em 2006, quando a MMX, mineradora de Eike, fechou um acordo para fornecer minério de ferro por 20 anos para a GIIC. Em seguida, ele vendeu por US\$ 6,6 bilhões duas das minas da MMX para a Anglo, que acabou herdando o acordo com os árabes. O problema é que, até agora, as minas só produzem cerca de 20% do que se esperava. Com isso, a Anglo e a empresa do Bahrein estão sendo forçadas a procurar no mercado o minério de ferro que está faltando. "A Anglo ficou com um acordo que não consegue cumprir, os árabes ficaram sem minério e só o Eike se deu bem", diz um executivo próximo do episódio.

Pelo acordo, a GIIC deveria receber 13 milhões de toneladas de minério por ano. Metade viria de uma mina no Amapá, a outra metade de uma jazida em Minas Gerais. A mina do Norte, porém, só embarcou para o Bahrein 2 milhões de toneladas em 2009. Este ano, deve enviar 2,5 milhões de toneladas, segundo calcula a GIIC. E a outra planta só deve começar a funcionar em 2012, na melhor das hipóteses.

Para compensar a falta do minério do Amapá, a GIIC comprou este ano uma carga extra de minério da mina Casa de Pedra, pertencente à siderúrgica CSN. Mas não foi suficiente, a empresa árabe precisa de mais minério. No começo do ano, a Anglo tentou comprar o produto de mineradoras rivais, como a Vale. Mas não teve sucesso até agora. "Fomos capazes de sobreviver (fazendo outros acordos)", afirma Khalid Al-Qadeeri, vice-presidente do conselho de administração da GIIC. Segundo o executivo, a sua empresa já tinha outro acordo com a CSN, que acabou sendo ampliado com a ajuda da Anglo. "Apreciamos a ajuda deles."

Assinado entre Eike e a GIIC, o contrato de fornecimento de minério teve um papel importante na vida da MMX. Ele foi apresentado como um dos argumentos para convencer

investidores a comprar ações da mineradora durante a oferta inicial de ações, realizada em 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo. O prospecto da empresa de Eike dizia que a GIIC era uma cliente "de alta reputação e capacidade financeira" e representava "uma fonte confiável de receita" e uma possibilidade de crescimento no futuro. "(O nosso contrato) era o único jeito de a MMX levantar dinheiro. Eles tinham de ter um mercado", diz Al-Qadeeri.

Mercado aquecido. Procurar minério de ferro, neste momento, é uma tarefa difícil em razão da supervalorização das commodities. A oferta de minério com alto teor de ferro, como o que a GIIC precisa, é inferior à demanda. Quem tem o produto já está amarrado com outros clientes. Nesse cenário, executivos e analistas do setor acreditam que Anglo e GIIC poderiam estar pagando ágio pelo produto. Segundo o Estado apurou, a processadora do Bahrein já teria parado a produção algumas vezes por falta de matéria-prima.

Procurada cinco vezes no último mês, a Anglo só se manifestou na semana passada, por meio de um e-mail em que afirma: "A Anglo American não está comprando minério de ferro da CSN para cumprir o contrato com a GIIC. A empresa está entregando minério de ferro à GIIC nas condições de qualidade e preço estabelecidas no contrato." Sobre a quantidade entregue à empresa do Bahrein, que é o centro da confusão, nenhuma palavra.

O grupo EBX, de Eike Batista, comunicou, também por e-mail, que "não comenta operações de terceiros". E a GIIC, apesar dos transtornos para abastecer sua empresa no Bahrein, não culpa nem Anglo, nem Eike. "O Eike é uma pessoa decente e honesta. Toda vez que ele tiver um bom negócio, ficarei feliz em fazer negócio com ele. Tudo o que ele toca vira ouro", diz Al-Qadeeri, da GIIC. "E os problemas nas minas estão fora do controle deles (Anglo). Temos um ótimo relacionamento com a empresa."

Os problemas a que Al-Qadeeri se refere são de várias ordens. No caso do projeto em Minas, o grande empecilho foi o licenciamento ambiental. A mina deveria ter começado a fornecer neste ano, mas só deve entregar no fim de 2012, segundo previsão da Anglo.

Minério pobre. Já a mina do Amapá enfrenta problemas estruturais. Depois de ser comprada pela Anglo, descobriu-se que o minério do lugar é pobre e não atende às especificações da GIIC. A constatação foi feita pela consultoria Metal Data, especializada em mineração. Ela foi contratada pela empresa árabe em maio do ano passado, para checar por que o minério do Amapá não estava sendo entregue na quantidade prometida. Oficialmente, a GIIC afirma ter contratado a Metal Data para avaliar a possível compra de uma participação na mina, mas desistiu.

A conclusão da consultoria, segundo o Estado apurou, foi que a mina do Amapá não tinha minério nem em quantidade nem na qualidade suficiente para a natureza do trabalho da GIIC. A empresa é uma pelotizadora, indústria que processa o minério para entregá-lo mais elaborado às siderúrgicas. Para operar nas condições ideais, a GIIC precisa de minério com teor de ferro acima de 60%. Na Amapá, o índice ficaria abaixo de 30%.

A Cliffs Natural Resources, mineradora americana que é sócia minoritária da Anglo na mina do Amapá, também já criticou a qualidade do ativo - e foi em público. Em conferência com analistas no ano passado, Joseph Carrabba, presidente da empresa, afirmou que, como o processo de extração do minério encontrado no Amapá era mais complexo do que o previsto inicialmente, a mina precisaria de "alguma injeção de capital" para aumentar sua eficiência ao nível desejado. A Anglo American, por sua vez, afirma em seu último relatório anual que conseguirá extrair apenas 5 milhões de toneladas da mina por ano, a não ser que faça grandes investimentos adicionais (a previsão inicial era de uma capacidade de 6,5 milhões).

Devido aos problemas encontrados, no ano passado a Anglo desvalorizou a mina do Amapá e passou a registrá-la por U\$1,5 bilhão a menos em seu balanço. A experiência com a mina do Amapá é tão traumática que a Anglo a usou como lição para aperfeiçoar os controles internos de análise de riscos.

Para o analista de mineração David Khani, do banco de investimentos americano FRB Capital Markets, o risco desse tipo de situação, em que as mineradoras prometem e não conseguem entregar, deve aumentar daqui para a frente. "Às vezes é uma grande surpresa. Por isso, as empresas

fazem pré-testes. Há cada vez menos reservas disponíveis de minério de boa qualidade no mundo", diz.

No mercado, o que ninguém consegue explicar é como a Anglo, com todo seu tamanho e experiência, aceitou colocar tanto dinheiro nos ativos problemáticos vendidos pela MMX. A suspeita é que a aquisição tenha sido feita sem critério, em um momento de euforia, com o minério supervalorizado e a Anglo ansiosa por crescer nessa área.

Agressivo. Empresário de estilo agressivo, Eike Batista tornou-se o homem mais rico do Brasil e o oitavo do mundo, segundo a revista Forbes. Nos últimos anos, ele criou várias empresas do nada, em mercados promissores como exploração de petróleo, logística e construção naval, entre outros. Para viabilizar seus projetos, ele foi buscar capital de terceiros, na bolsa. Há uma aposta bilionária nos ombros de Eike. Como seus projetos são sempre de maturação a longo prazo, ainda é difícil saber se suas promessas se tornarão realidade. Até agora, o contrato com a empresa do Bahrein é uma promessa não cumprida.

Fonte: Estadão.com.br



O GLOBO

SETOR DE MINERAÇÃO NO BRASIL FICA ATRÁS DE CHILE E PERU, ALÉM DE CANADÁ E AUSTRÁLIA

À margem do interesse envolvendo as descobertas de petróleo no pré-sal e a construção de hidrelétricas, as pesquisas por novas áreas de exploração no setor de mineração brasileiro vêm interessando menos os investidores nacionais e estrangeiros. Nos últimos anos, a incerteza diante das regras do setor e o pouco avanço nas pesquisas geológicas estão fazendo o Brasil perder terreno para vizinhos como Chile e Peru e ficar bem distante de concorrentes de peso, como Canadá e Austrália.

Sem novas áreas de exploração, o setor mineral está consumindo o que já é conhecido, em níveis recordes. Os investimentos apontam cifras inéditas: podem chegar a US\$54 bilhões, de 2010 a 2014, para produzir quase cem minerais diferentes. O valor da produção mineral deve alcançar US\$30 bilhões este ano, cerca de US\$6 bilhões a mais do que no ano passado, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O consultor Luciano de Freitas Borges, ex-secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia, adverte que não ocorrem descobertas de grande porte no Brasil há vários anos. É o que constata o Ibram: dos 52 grandes depósitos minerais descobertos até hoje no Brasil, apenas três (5,7%) foram encontrados depois de 1988.

— A reposição das reservas brasileiras de cobre e ouro, por exemplo, já está aquém do nível de expansão da demanda. Sem novas opções, a médio e longo prazos, a perspectiva é estagnar a produção e depois vê-la decair — alerta Borges, ressaltando que a exceção são as reservas de ferro, suficientes para cerca de 400 anos.

O país está perdendo para os concorrentes, que vêm elevando os investimentos em novas áreas. Mesmo com o aumento contínuo desses investimentos, eles não são suficientes para colocar o país na dianteira. De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), entre 2004 e 2010, os gastos com pesquisas saltaram de US\$127 milhões para os US\$550 milhões previstos para este ano, uma elevação de 330%. Para analistas, porém, é pouco: o investimento deveria se situar em torno de 5% da produção mineral, ou US\$1,5 bilhão.

— A questão é que nossos competidores estão investindo mais do que isso. Há grandes descobertas de ouro, zinco e cobre nos países andinos, por exemplo. Estamos investindo três vezes menos do que devíamos — diz Borges.

Brasil investe 50% menos que Peru

Dados da publicação Metals Economic Group aponta que o Brasil recebe apenas 3% dos investimentos em pesquisa em 2009, menos que o Chile e Peru (5% e 7%, respectivamente) e muito atrás de Canadá e Austrália (17% e 14%). O Ibram lembra que apenas 30% do território foram estudados até agora e que os dados revelam um quadro muito preocupante.

— Apesar de o país ser sete vezes maior que o Peru, o Brasil investiu só a metade do total que o Peru investiu em pesquisas — diz o presidente do instituto, Paulo Camillo Penna.

Esse fenômeno se espelha em um levantamento do Fraser Institute, instituição canadense de pesquisa econômica, sobre a percepção em torno do setor mineral brasileiro de 2000 a 2009. A percepção da atratividade do país, que ocupava a quarta posição entre 45 países em 2000, passou ao 12º lugar entre 72 nações em 2009. As razões são a insegurança regulatória e o pouco avanço geológico brasileiro. Em 2009, Rússia, China e Peru superaram o Brasil nessa percepção.

A desconfiança ante as políticas públicas surgiu nos últimos anos, quando o governo começou a divulgar as propostas de um novo marco regulatório e até agora sequer apresentou o projeto. Os investidores preferem locais onde as regras são estáveis. A África do Sul, que também mudou as regras recentemente, viu os investimentos em pesquisa despencarem para os mesmos 3% em 2010.

— Os sinais do governo apontam para um projeto que estimula a burocracia, privilegia o Estado em detrimento do setor mineral e trata de forma pouco simpática o minerador — diz Borges.

As diretrizes do projeto apresentadas pelo ex-ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, encurtam de três para um ano o tempo para conclusão dos estudos geológicos, fixam prazo para concessão de exploração das lavras, determinam licitação para oferta de áreas públicas e inibem comercialização direta de áreas de mineração entre entes privados. Há ainda incerteza ainda sobre o aumento da cobrança de royalties e a instituição de um imposto.

Outro fator são os investimentos em levantamento geológico. De acordo com Camillo Penna, o país ainda sabe pouco do que existe em seu subsolo. Outros países fizeram o dever de casa e apresentam aos investidores um cardápio mais claro do potencial geológico a ser explorado.

O sócio da Pricewaterhouse Coopers, Ronaldo Valiños, admite que os investidores estão mais cautelosos em relação ao marco regulatório. Mas, avalia que a queda nos investimentos em pesquisa não assusta a curto e médio prazos.

— Existem muitas áreas conhecidas a serem exploradas no país. Os investimentos nessas áreas são crescentes e por isso é pouco provável que o país perca recursos.

O diretor-geral do DNPM, Miguel Nery, admite que o investimento é menor em relação a outros países, mas lembra que a situação é diferente. A pesquisa no Brasil, diz, demanda menos recursos, pois a exploração estaria mais próxima à superfície. E lembra que outros países tem incentivos à pesquisa que não existem por aqui. Mas, ressalta, o volume de investimentos está se recuperando.

— O governo está fazendo sua parte, estruturando o setor — avisa.

Fonte: O Globo



RIQUEZA MINERAL AFEGÃ É DIFÍCIL DE EXPLORAR

Quando o Pentágono anunciou, na semana passada, que o Afeganistão está assentado sobre uma fortuna mineral avaliada em US\$ 1 trilhão, mil vezes as receitas anuais do governo local - a

excitação resultante não levou em consideração um fato trivial. Grande parte dessa riqueza está inacessível por causa da guerra, das desavenças políticas e da corrupção desenfreada. Num momento em que o governo americano poderia usar algumas boas notícias vindas do Afeganistão, o Pentágono apenas reafirmou o que já era sabido.

"Os dados brutos que eles usaram datam das décadas de 70 e 80", afirma Stan Coats, ex-geólogo chefe da British Geological Survey. "Esses recursos não valem nada se você não tiver acesso a eles ou não tiver segurança suficiente para tirá-los do solo."

Em 2004, quando uma caravana da U.S. Geological Survey (agência geológica dos EUA) rumou para a região das esmeraldas, no norte do país, ela foi escoltada por cinco Land Cruisers blindados e duas picapes equipadas com metralhadoras. A segurança de jazidas, acampamentos e comboios regulares pode ser ainda mais difícil de garantir. Nenhuma grande companhia mineradora ocidental deverá fazer grandes apostas em meio a tamanho instabilidade, afirmam Coats e outros especialistas.

As regras de licenciamento do Afeganistão contribuem para as incertezas, ao exigirem que as companhias exploradoras registrem suas descobertas junto ao governo, que então leva os recursos a leilão. "Não haverá um grande interesse de uma companhia ocidental em gastar dólares escassos em exploração, para depois ela ser superada em leilão pelos chineses ou alguém com mais influência", diz Jim Yeager, um geólogo consultor dos Estados Unidos que trabalhou para o Ministério da Mineração do Afeganistão no oferecimento do depósito de cobre de Aynak, de 6 milhões de toneladas.

O ministro de Mineração do Afeganistão, Wahidullah Shahrani, esteve em Londres em 25 de junho, numa tentativa de reacender o interesse de investidores no depósito de minério de ferro de Hajigak, de 1,8 bilhão de toneladas, localizado 96 km a oeste da capital, Cabul. Shahrani cancelou propostas anteriores para o depósito em fevereiro, semanas depois de substituir seu antecessor, Mohammad Ibrahim Adel, que segundo acusações teria recebido mais de US\$ 20 milhões em subornos em um processo anterior de licitação; ele nega.

"O Afeganistão não tem capacidade para administrar esses recursos de uma maneira transparente e justa. Portanto, inevitavelmente os beneficiários acabarão sendo os senhores da guerra", afirmou Michael Klare, professor de estudos sobre a paz e a segurança Mundial do Hampshire College de Amherst, Massachusetts, e autor do livro "Rising Powers, Shrinking Planet", publicado em 2008.

O Departamento de Defesa dos EUA promoveu o tesouro mineral do Afeganistão como um caminho para a "soberania econômica". Calculou as reservas em US\$ 908 bilhões em lítio, cobre, ferro, outros metais e pedras preciosas. Mais de dois terços dos recursos do Afeganistão ainda não foram quantificados, segundo o relatório. Paul Brinkley, diretor da Força Tarefa para Negócios e Operações de Estabilidade do Pentágono para o Afeganistão, reconheceu em entrevista que explorar esse tesouro "não será uma vitória rápida".

Em 2007, a China Metallurgical Group Corp, uma companhia estatal chinesa, conseguiu o direito de explorar a concessão de cobre de Aynak, localizada a 34 km ao sul de Cabul, com uma proposta de US\$ 1,8 bilhão, incluindo US\$ 800 milhões que seriam pagos nos primeiros cinco anos. Então, a China Metallurgical construiu uma rodovia para o campo de exploração, ergueu 65 postos de guarda e limpou 3 milhões de metros quadrados de áreas minadas. O início da produção de minério de ferro, originalmente previsto para 2012, começará em 2014, segundo Jawar Omar, porta-voz do Ministério das Minas.

A China Metallurgical e duas outras companhias desistiram de disputar Hajigak antes que a licitação fosse descartada, afirmou em fevereiro em entrevista o sub de Shahrani, Abdul Qudus Hamidi. Uma ausência notada na licitação, depois de quase uma década da guerra contra os terroristas do Talibã e da al-Qaeda, liderada pelos EUA, foi a de companhias americanas, europeias e australianas.

Fonte: Valor Online

GARIMPO PREDATÓRIO NO CAMINHO DA ESTRADA REAL

Em Mariana, centenas de pessoas arriscam a vida à procura de ouro no Ribeirão do Carmo

Quatro séculos depois do início da exploração de ouro e pedras preciosas em Minas pelos portugueses, garimpeiros ainda estão à caça - em condições subumanas - do tesouro que brota nas águas mineiras. Em Mariana, cidade que foi a primeira capital do Estado, o garimpo acontece diariamente, em rio onde são despejados esgoto e lixo e onde os ratos dividem a imundície com as baratas. O município, que é um dos 199 integrantes da Estrada Real - roteiro criado há 11 anos para captar o turista disposto a passear pela história do Brasil e pela exuberância das montanhas das Gerais, e que já consumiu R\$ 37 milhões - , é também casa para centenas de pessoas que arriscam a vida no Ribeirão do Carmo. Mas a estrada, grande como é - mais de 1.600 quilômetros - , tem diversas faces. A mais bonita - já fomos à consagrada Diamantina, às bucólicas São Gonçalo e Milho Verde, ao queijo do Serro e à conturbada Conceição do Mato do Dentro - mostra-se na pequena Ipoema, onde gente que vivia de favor no passado, graças ao turismo, conquistou teto, emprego e felicidade.

Muitos moradores de Mariana esperam ainda hoje que o caminho que já foi rota de saída de riquezas possa se redimir, trazendo renda e dignidade. Enquanto o número de turista permanece estagnado e o comando da prefeitura virou caso de polícia, pelo menos mil marianenses que vivem na periferia buscam seu pedaço do tesouro nas águas emporcalhadas do rio que era destaque no ciclo colonial. E encontram. Em semana de sorte e trabalho intenso, das sete horas da manhã até o final da tarde, o garimpeiro acha, no máximo, cinco gramas de ouro. Por um grama, recebe em torno de R\$ 40.

“Quando os bandeirantes chegaram, uma bateada rendia 15 gramas de ouro. Mas hoje, além da escassez, temos que lidar com os bichos, o fedor e a sujeira”, disse Romualdo Guimarães, que mexe com garimpo desde que se entende por gente. “Mas tenho sorte, viu. Sou vigilante à noite e só trabalho aqui de dia pra completar o dinheiro. E diferente de muitos colegas, nunca peguei doença”, contou ele, que é pai de quatro filhos.

“Isso aqui virou terra sem lei. É lamentável que uma cidade tão rica tenha cidadãos tão pobres”, acusou o guia turístico Elias Gonçalves da Luz. Segundo ele, de nada adiantam marketing e marcos se o turista corre o risco de presenciar uma cena daquela. “É motivo para nunca mais voltar e ainda falar muito mal”, afirmou. O presidente da Associação de Guias de Turismo do Brasil (AGTURB), Luis Otávio Trindade, também clama por melhorias, que devem ir além de medidas “para inglês ver”.

Longe do cheiro ruim e do garimpo predatório, Celso Neves, sócio do restaurante Rancho da Praça, no centro histórico, diz que o turismo ainda alimenta o caixa de seu empreendimento. Mas a fome que garante o sucesso do negócio é mesmo dos trabalhadores da mineração e empresas afins. “A cidade vive muito mais da atividade mineradora, fonte que garante os royalties e a maioria dos empregos”, disse.

Muitos visitantes já nem dormem no município. Hospedam-se em Ouro Preto e reservam um dia para passear em Mariana. Foi o que fez o casal de argentinos Jorge e Maria Cristina Rabiui. “Somos apaixonados por cidades históricas. Já rodamos por todo o mundo e tínhamos o sonho de conhecer Minas”, contou a advogada. Ela e o marido saíram do município vizinho pela manhã, em ônibus de linha, e até a hora do almoço estavam gostando do passeio. Acharam a comida pesada, mas saborosa, conheceram a Mina da Passagem, a maior mina de ouro do planeta aberta para visitaçao, e só reclamaram da dificuldade para encontrar um guia que falasse bem inglês ou espanhol.

Jaqueline Damas, do Hotel Providência, no mercado há mais de 30 anos, confirma que a procura por parte de turistas caiu. Mas a maioria dos quartos permanece ocupada. “Toda semana

tem empresa hospedando seus funcionários conosco”, disse ela, acrescentando que raramente escuta alguém falando em Estrada Real.

Ouro Preto investiu na capacitação em turismo

Prima rica de Mariana e primeira cidade brasileira elevada a Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1980, Ouro Preto recebe anualmente meio milhão de turistas. O município que é ponto de convergência dos três caminhos do circuito histórico está léguas à frente das demais cidades que integram o roteiro. Conta com infraestrutura, vias de acesso em bom estado, gastronomia excelente e hotéis e pousadas para todos os gostos e bolsos. Sinal de que, para quem já é famoso, pouco pesa fazer parte da Estrada Real.

No Solar Rosário Hotel, que já hospedou presidentes da República como Lula e Itamar Franco, a sensação é de que o trajeto não avançou. “Ouro Preto, por si só, já é uma joia. É preciso mais que tótems para fomentar a atividade turística”, disse a funcionária Carolina Martins. “O projeto é bacana e até trouxe turistas. Mas é necessário explicar melhor o produto. Muitas pessoas desconhecem até que o percurso não é feito de ponta a ponta”, detalhou. No Solar, a taxa mensal de ocupação varia entre 50% e 60%. Quase 70% dos hóspedes são estrangeiros.

Para Artur Passos, caçula da família proprietária da Pousada Colonial e do restaurante Bené da Flauta, a marca colabora para os negócios e para a cidade. “É uma expressão forte, mas só marketing não resolve”, advertiu, lembrando que não há, por exemplo, linha direta de ônibus entre Ouro Preto e Congonhas. Outra queixa é quanto à qualificação. Há três anos, um de seus funcionários teve curso de atendimento. Mas até hoje espera por um intensivo de inglês.

Ainda que em parte, em Ouro Preto, o investimento em capacitação foi uma das tarefas cumpridas pelos criadores do circuito - Secretaria Estadual de Turismo e Instituto Estrada Real, que mantém um centro de informação ao turista em plena Praça Tiradentes, onde não faltam mapas ou guias aptos para explicar roteiros e caminhos. Pelas ruas, o forasteiro que se atrever a perguntar encontra muitos trabalhadores que voltaram à sala de aula para treinamento.

A artesã Cecília Faustina Guimarães aprendeu sobre capitalização, lucro e investimentos. Durante seis meses, escutou o professor e adquiriu um conteúdo que até então desconhecia completamente. Como lição de casa, colocou os ensinamentos em prática e comemorou um crescimento nas vendas de 10%. E nem se desesperou quando teve um cisto na mão e foi obrigada a parar de produzir os artigos em pedra sabão. “Só mudei a forma de trabalhar”, resumiu, revelando que hoje compra peças de terceiros. “Tem sempre gente comprando”, disse ela, que em 2010 completa 25 anos de feira de artesanato.



Fonte: Hoje em Dia

VALE PREPARA PLANO PARA INVESTIR US\$ 90 BILHÕES ATÉ 2014

A companhia quer focar seus investimentos no minério de ferro, que sofre concorrência de mineradoras da Índia e da Austrália

A Vale prepara um plano de investimentos de US\$ 90 bilhões para os próximos cinco anos - cerca de 70% no Brasil. Apesar das novas e pesadas apostas em fertilizantes e siderurgia, metade desse dinheiro, cerca de US\$ 40 bilhões, será aplicada em novos projetos de minério de ferro.

O presidente da Vale, Roger Agnelli, não quis confirmar os números. Disse que eles não estão fechados, mas admitiu que podem ficar nesse patamar. E explicou porque o foco no minério de ferro neste momento é estratégico: "Precisamos investir em minério de forma rápida, porque as mineradoras da Austrália e da Índia estão se mexendo fortemente. Não queremos perder mercado para eles."

Maior mineradora de ferro do mundo, a Vale planeja aumentar sua produção de 300 milhões para 450 milhões de toneladas por ano até 2014. O objetivo é manter distância das australianas BHP e Rio Tinto, que tentam se unir numa joint venture com potencial para produzir mais de 350 milhões de toneladas de minério de ferro por ano - acima, portanto, do que a Vale faz hoje.

Embora a maior parte dos US\$ 40 bilhões na área de minério de ferro venha a ser aplicada no Brasil, a Vale também tem planos no exterior. Foi o caso da compra do controle de uma mineradora na Guiné, anunciado no fim de abril, por US\$ 2,5 bilhões. "A maior parte dos projetos já está decidida. Eles serão no Pará e em Minas Gerais e dependem da liberação de licenças ambientais", afirmou Agnelli. "São investimentos em minas de ferro e também em logística, como ferrovias e portos para transportar o produto."

De acordo com o presidente da Vale, os planos a princípio não incluem aquisições de novas minas. Segundo Agnelli, a febre pelo minério de ferro brasileiro atraiu o interesse de mineradoras da China, da Índia e do Canadá, que já compraram os melhores ativos disponíveis no País. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: Agência Estado



NEWPORT MINING: RESULTADOS DO PROJETO DE FOSFATO DE MATA DA CORDA

Newport Mining anunciou os resultados de mapeamento, amostragem de rocha e de amostragem do solo de canaletas, no projeto Mata da Corda de fosfato, localizado no Brasil. Os destaques incluem amostra de rocha 1410, com P2O5 20,0% e 1411 que retornou 18,15% de P2O5. Além disso, a empresa informou que os resultados de amostragem do solo e o mapeamento tem delineado uma anomalia no solo, que prolonga por mais de 2,7 km, com largura de até 300 m e inclui valores de pico de até 1,86% de P2O5.

Fonte: Infomine



PROJETO JURUTI SUSTENTÁVEL – ALCOA

Em 2006, a ALCOA procurou o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) para a construção de uma parceria que apresentasse uma proposta de agenda de desenvolvimento sustentável para o município.

Juruti Sustentável: Uma proposta de modelo para o desenvolvimento local discute a necessidade de tal agenda e dá orientações para sua implementação, com base em um fato real: a inserção de um empreendimento de mineração de grande porte na Amazônia Brasileira, mais especificamente no município de Juruti, às margens do Rio Amazonas, no Pará.

Fonte: Agenda Sustentável



BHP BILLITON E RIO TINTO PAGARÃO ROYALTIES MAIS CAROS AO GOVERNO AUSTRALIANO

BHP Billiton e a Rio Tinto assinaram nesta segunda-feira (21), junto ao governo da Austrália Ocidental, um acordo de reajuste dos royalties pagos ao Estado, que deverão entrar em vigor no dia 21 de julho.

As taxas pagas deverão subir de 3,75% de 5,625% sobre o minério fino e de 3,25% para 7,5% sobre o minério granulado. Os valores estão em linha com aqueles especificados pelas leis do setor do país e se assemelham daqueles praticados pelas demais mineradoras locais.

Joint venture mais próxima

Com isso, as duas gigantes ficam mais próximas de conseguirem a aprovação dos órgãos regulatórios australianos para seguirem adiante com o projeto da joint venture entre suas operações na Austrália Ocidental, orçada em US\$ 116 bilhões.

Alterações e apoio a comunidades

As partes acordaram também em um conjunto de alterações que irão promover uma maior eficiência e flexibilidade para suas operações, tais como a capacidade de partilhar infraestruturas e mistura de minérios em suas redes. Estas alterações não fazem parte das propostas da joint venture, mas, segundo as empresas, vão ajudar a facilitá-la.

Para apoiar as comunidades locais, também foi acordado que as duas empresas irão fazer um único pagamento combinado de AU\$ 350 milhões para o governo regional.

Fonte: Infomoney



BOLÍVIA REJEITA PROPOSTAS PARA EXPLORAR RESERVA GIGANTE DE LÍTIO

O governo boliviano rejeitou nesta semana as primeiras sete "propostas parciais" para exploração e industrialização de lítio no Salar de Uyuni, no sudoeste do país, informou à BBC Brasil o Ministério de Mineração e Metalurgia da Bolívia.

O deserto de sal é considerado uma das maiores reservas mundiais de lítio, metal utilizado, entre outros fins, para a construção de baterias elétricas leves, que podem ser usadas em carros elétricos, por exemplo.

Isso faz com que o elemento seja visto com bastante interesse por companhias de diversas áreas.

"As empresas se precipitaram e apresentaram suas propostas. O governo quer, primeiro, avaliar a produção local, com sua própria usina, e saber também o que há além do lítio. Ou seja, outros componentes", afirmou um assessor do Ministério.

De acordo com informações oficiais, o presidente boliviano, Evo Morales, não definiu uma data para a abertura da licitação para a exploração destes recursos naturais. Entretanto, segundo o Ministério, isso dificilmente ocorrerá este ano.

Propostas As sete primeiras propostas foram rejeitadas, segundo o governo, porque não especificaram o financiamento e os investimentos que serão realizados no local e porque pretendem ter o controle do projeto.

Recentemente, o presidente Evo Morales disse que a exploração do lítio na região será "uma sociedade", sugerindo ainda que ela estará sob o domínio do governo.

"O lítio, como os outros recursos naturais da Bolívia, é dos bolivianos", afirmou.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Mineração e Metalurgia, somente o consórcio francês Bolloré-Eramet teria informado sobre investimentos, que seriam de U\$ 15 milhões para o projeto-piloto.

O jornal La Prensa, de La Paz, informou que o consórcio francês e um grupo japonês formado pelas empresas Mitsubishi Corporation, Sumitomo Corporation e a estatal Japan Oil Gas and Metals National Corporation (Jogmec) apresentaram propostas por escrito e com cronogramas para os trabalhos.

As outras empresas, segundo o governo, teriam feito propostas "verbais" - entre elas, a brasileira Vale, a coreana Kores, a chinesa Citic, uma iraniana e outra finlandesa.

Procurada pela BBC Brasil, a assessoria de imprensa da companhia brasileira respondeu que "a Vale não tem comentários a respeito de lítio na Bolívia".

Atualmente, o governo boliviano opera uma fábrica-piloto no Salar de Uyuni e recebe apoio científico de outros países. Entre eles estaria o Brasil, segundo o ministério.

Em agosto passado, os governos brasileiro e boliviano assinaram um acordo na área de cooperação científica para a exploração de lítio.

O projeto do governo boliviano é alcançar a primeira fase da produção de lítio em 2013, para só depois caminhar para a industrialização e produção de baterias de lítio.

Fonte: BBC Brasil

JULIA GILLARD, NOVA PREMIÊ DA AUSTRÁLIA, CHAMA MINERADORAS PARA NEGOCIAR

Governo e indústria travam batalha por causa da controversa taxa de 40% sobre o lucro das mineradoras

A trabalhista Julia Gillard é a nova primeira-ministra da Austrália, após vencer convenção partidária no fim da noite de quarta-feira (manhã desta quinta-feira pelo horário local), convocada pelo ex-chefe de governo Kevin Rudd, para decidir quem lideraria o partido nas eleições gerais no país, em meio a uma rebelião dentro das fileiras governistas.

Julia, já como primeira-ministra, pediu um trégua na batalha entre a indústria de mineração e o governo em relação a uma controversa taxa de 40% sobre o lucro das mineradoras, mas ao mesmo tempo, disse que manterá o plano do governo de atingir as metas orçamentárias, das quais dependem o imposto.

Julia afirmou que o governo irá parar com a propaganda favorável à taxa e pediu as mineradoras que cessem suas campanhas contra o imposto. "Os australianos têm o direito a uma participação mais justa em nossa herança, a riqueza mineral que está em nosso solo", afirmou. "Mas para se chegar a um consenso precisamos mais do que consultas, precisamos negociar e devemos acabar com essa incerteza, que não é boa para a nação". Ela acrescentou que o governo está com as portas abertas para a indústria e pediu à indústria que, em troca, abra sua mente.

No entanto, a renovação da promessa de trazer o orçamento para um superávit em 2013, um objetivo que depende do novo imposto sobre o lucro das mineradoras - a menos que o governo volte atrás de promessas assumidas - trouxe dúvidas sobre o quanto a primeira-ministra conseguirá avançar em eventuais negociações.

Executivos mais céticos das mineradoras observam também que o secretário do Tesouro, Wayne Swan, o arquiteto do imposto, não apenas tem mantido inalterada sua posição, como também foi promovido a vice-primeiro-ministro.

Rudd, que assumiu o poder em novembro de 2007, convocou a convenção partidária depois de Julia ter anunciado que desafiaria sua liderança no Partido Trabalhista. Julia Gillard foi eleita sem oposição, uma vez que Kevin Rudd retirou-se da disputa momentos antes da votação. Ela é a primeira mulher a chefiar o governo australiano.

Como lidera o partido majoritário no Parlamento, a posse de Julia no posto de primeira-ministra não passa de mera formalidade.

Analistas consideram improvável que ela promova alguma mudança na essência na política externa australiana, como o envolvimento militar do país no Afeganistão.

Rudd liderou os trabalhistas numa vitória por ampla maioria há quase três anos, mas vinha perdendo apoio, segundo recentes pesquisas de opinião.

Fonte: Estadão.com.br

CAE PRODUCCIÓN MINERA EN 4 MESES

Los volúmenes de producción de minerales como el zinc, la plata y el plomo se redujeron en los primeros cuatro meses del 2010 en comparación a similar período en la gestión 2009.

Los ingresos, no obstante, se incrementaron debido a los altos precios de los minerales en los mercados internacionales. De enero a abril del 2009, el valor total de la producción minera se registró en \$us 470, 4 millones y en los primeros cuatro meses de este año esta cifra alcanzó los \$us 721,7 millones.

En este año, en ese mismo período de tiempo, la producción de minerales bajó con respecto a la anterior gestión. El zinc se redujo de 129,7 toneladas métricas finas (TMF) a 124,5; la plata descendió de 411 TMF a 399; y el plomo de 29,1 a 22,4, de acuerdo con datos de la Unidad de Análisis del Viceministerio de Política Minera.

Para el analista en temas mineros Ramiro Paredes, la caída en la producción de minerales puede atribuirse a factores como la falta de inversión en la ampliación de reservas mineras, la ausencia de las “esenciales” inversiones para nuevos proyectos mineros y “el entorno social que se dio en el país”.

El 10 de abril, comunarios de Nor Lipez (Potosí) cercaron por 12 días las instalaciones de la mina San Cristóbal pidiendo al Gobierno nacionalizar la misma, además demandaban la electrificación de su región y la sede de la Empresa Boliviana de Recursos Evaporíticos (EBRE).

“Todo este escenario adverso tuvo su incidencia en los volúmenes de producción y perjudicaron las labores mineras —particularmente en el proyecto San Cristóbal—, pero son incidencias de carácter coyuntural. Lo esencial son las nuevas inversiones”, remarcó.

Fonte: La Razón



EL ROYALTY MINERO: BASE DE UNA ESTRATEGIA DE DESARROLLO

Chile posee alrededor de un tercio de las reservas de cobre del mundo y produce alrededor de un tercio de la producción mundial de mina. El cobre es, sin lugar a dudas, una de las mayores riquezas que posee el país. La Constitución actualmente vigente establece que el Estado es el dueño de todo el subsuelo, con todos los minerales que éste contiene. Pese a lo anterior, el sistema político y legal chileno se las ingenió para entregar “gratis” todos estos minerales a las empresas nacionales y extranjeras que tuvieran a bien invertir en este país y llevarse sus riquezas al exterior. Esto se ha visto exacerbado en los últimos años, con el alza extraordinaria que ha tenido el precio del cobre.

La mayor parte de los países del mundo que poseen riquezas naturales de magnitud, ha impuesto un derecho a la exportación de mineral en la forma de un “royalty” que se establece como porcentaje de las ventas al exterior. Es común observar “royalties” en un rango entre 10% y 20% de los envíos al exterior.

La fundamentación económica de estos “royalties” es que desde un punto de vista de asignación de recursos, es neutro gravar “rentas ricardianas”, porque estas inversiones se realizarán de todos modos. Sólo se está redistribuyendo el ingreso “extranormal” entre las empresas que están realizando esta explotación minera y sus legítimos propietarios, que son los ciudadanos del país dueño de esos recursos.

La “renta ricardiana” se define como la diferencia que existe entre el precio de mercado (neto mina) y los costos medios de largo plazo (incluyendo costos de operación y capital). Con los precios actuales -en torno a los tres dólares por libra de cobre- se obtienen “rentas ricardianas” en la gran minería del cobre del orden de 1,7 dólares por libra, si se considera un costo medio de largo plazo de 1,3 dólares por libra.

Es decir, la “renta ricardiana” alcanzaría actualmente a 56% de los ingresos de las compañías. Como no se paga prácticamente nada por el mineral (el actual royalty minero es una verdadera broma), casi toda esta “renta ricardiana” es captada por los dueños del capital de las grandes minas de cobre, que logran así rentabilidades anuales por sobre el cien por ciento del capital invertido.

Con un precio del cobre de largo plazo de dos dólares por libra, se lograría una “renta ricardiana” de 0,7 dólares por libra de cobre o 35% de los ingresos de las grandes minas de cobre. Dadas las buenas perspectivas que se vislumbran para el cobre en el mediano plazo, perfectamente se puede pensar en un “royalty de verdad” en torno a 20% de los ingresos de la gran minería del cobre, sin que esto afecte las inversiones del sector. Un “royalty” de esta magnitud debiera ser capaz de generar recursos para el Estado del orden de 3 mil 700 millones de dólares anuales, considerando un precio promedio de largo plazo de dos dólares la libra.

Como el cobre es un recurso natural no renovable (especialmente cobre que se pueda extraer con los actuales costos), la sociedad chilena está actualmente perdiendo un “stock de capital natural” y el cobro del “royalty” permitiría recibir en “cash” la depreciación económica de este recurso. El uso de este “royalty” debiera ir a generar un nuevo “stock de capital” que permita reemplazar, al menos en parte, el “stock de capital natural” que actualmente se está evaporando. Destinarlo a experimentos de “innovación”, como se hace actualmente con el mini-royalty que tenemos, es un destino de dudosa rentabilidad social. El uso óptimo necesariamente debe ir en pos de generar un stock de capital que apoye el desarrollo económico del país, y permita generar una rentabilidad cuando lo único que quede de las actuales minas sea un inmenso hoyo y los problemas ecológicos asociados a las escorias y relaves.

Fonte: La Nación



SESSÃO PÔSTER 2010

FLUXO DE INVESTIMENTOS NA PESQUISA DE OURO NO BRASIL

Por Mathias Heider, Engenheiro de Minas do DNPM

Nos últimos 5 anos, o ouro foi o primeiro colocado no ranking de investimentos em pesquisa mineral no Brasil, alcançando a cifra total de 581,1 milhões de reais. Em 2009 foram 192,1 milhões de reais (30,4% do total investido). Para fins comparativos, no mesmo ano, o ferro teve participação de 16,9%, o níquel, 12,9% e o cobre, 9,8%. Na análise dos Relatórios Finais de Pesquisa (RFP+), o DNPM aprovou o acréscimo de 62,11 toneladas nas reservas de ouro em 2008. Em 2009, a produção estimada do Brasil foi de 56,5 toneladas, das quais, apenas 3,5 toneladas são oriundas de garimpo, equivalentes a 6,2% do total produzido.

Em 2009 e 2010, o ouro atingiu recordes na sua cotação nominal, estimulando a pesquisa mineral e produção do ouro. Sua valorização como ativo financeiro seguro em momento de situações de crise na Europa, elevaram novamente a cotação do ouro em maio/2010, atingindo o valor de

1.237,50 US\$/oz. Por outro lado, o aumento do custo de produção e a dificuldade na reposição das reservas também têm influenciado na elevação das cotações.

Investimento e Produção

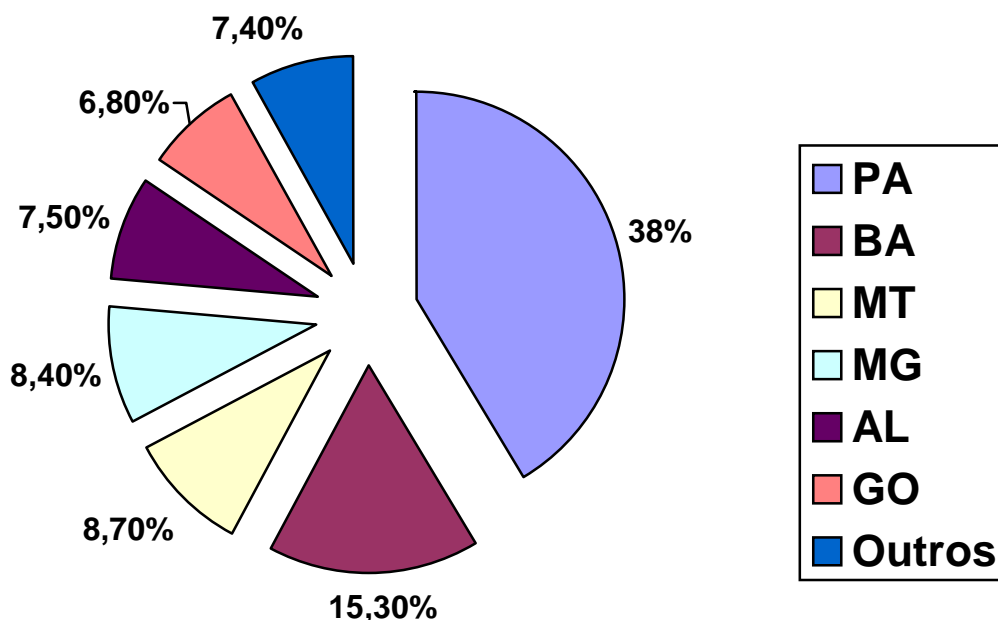
No âmbito estadual, o destaque é o Pará com investimentos da ordem de R\$ 220,8 milhões entre 2004 e 2008, seguido pela Bahia, Minas e Mato Grosso, conforme mostrado na tabela 01.

Tabela 01: Investimentos em Pesquisa Mineral de Ouro por UF (milhões de reais).

UF	2004	2005	2006	2007	2008	Total
AL	-	-	-	9,3	34,1	43,4
RO	-	-	-	2,8	3,9	6,7
BA	13,1	34,3	15,5	10,1	15,5	88,5
GO	7,0	8,4	11,1	6,1	7,1	39,7
MG	2,9	11,2	5,3	7,9	21,4	48,7
MT	1,2	3,4	6,6	16,6	22,6	50,4
PA	26,0	48,1	34,8	50,1	61,8	220,8
TO	1,2	1,1	1,2	6,1	14,7	24,3
AP	0,5	2,2	1,9	11,6	2,1	18,3
MA	2,1	2,1	1,7	6,7	2,6	15,2
RS	2,5	2,5	0,9	2,0	3,8	11,7
AM	1,6	1,6	3,0	1,2	0,5	7,9
CE	0,005	0,3	0,8	2,4	2,0	5,5
Total	58,1	115,2	82,8	132,9	192,1	581,1

Fonte: DIPEM/DIPLAM/DNPM

Gráfico 01: Investimentos em Pesquisa Mineral - Ouro (2004-2008)
Principais UF's (%)



Fonte: DIPEM/DIPLAM/DNPM

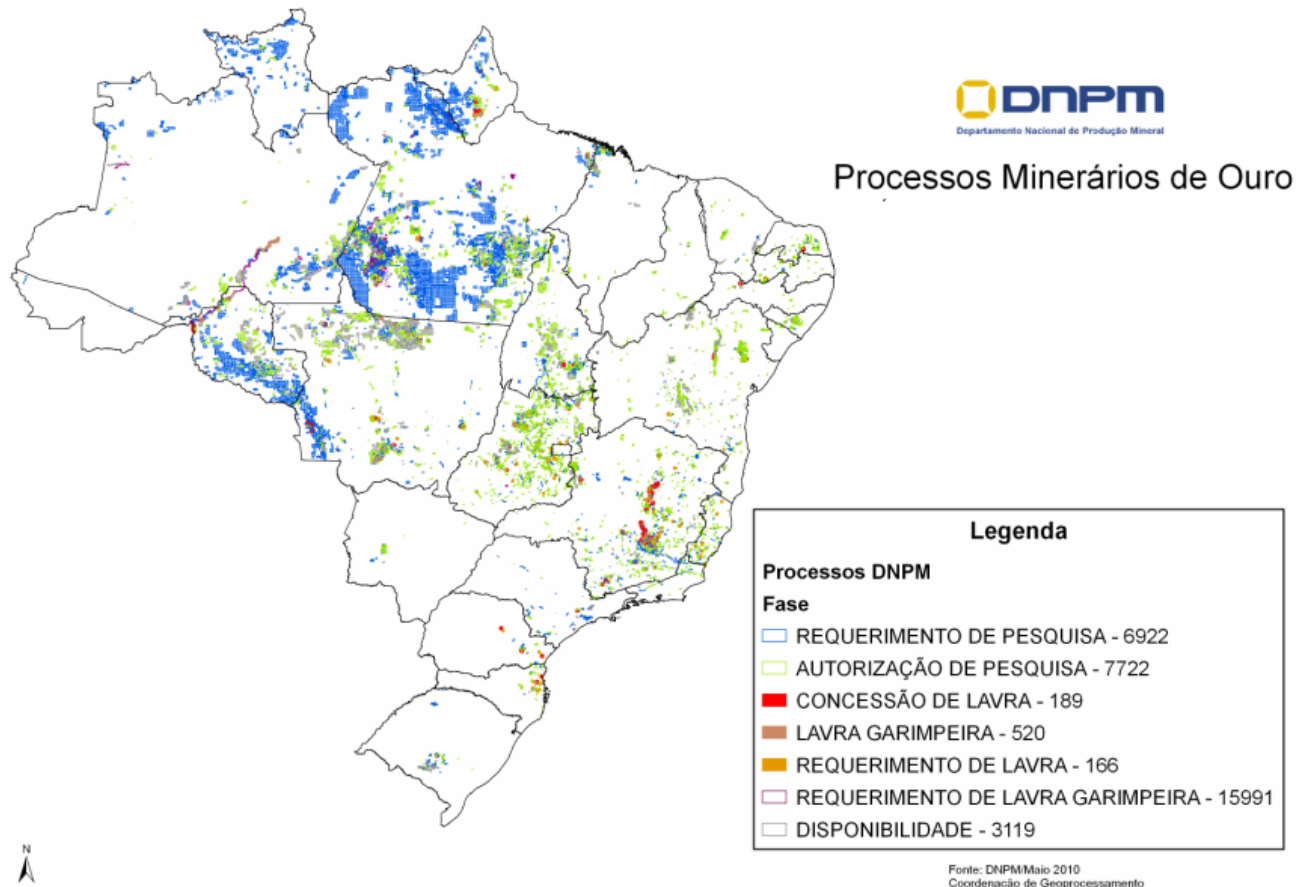
Tabela 02: Principais projetos de Ouro por UF

PA	Colossus (Serra Pelada),Coringa, Boa Vista, Doze de Outubro, Rosa de Maio, Creporozinho, Tocantizinho, Água Branca, Colibri, Aldebaran, Ouro Roxo, Patrocínio, Bom Jardim, Minas de Cobre com minério aurífero(VALE)
BA	C1-Santa Luz (Yamana)
GO	Pilar (Yamana), Pires,Mara Rosa
MG	Córrego do Sítio, Lâmega, Caeté, Riacho dos Machados, Polimetálicos (VM-reciclagem)
MA	Centro Novo (Jaguar), Aurizona (Luna Gold)
MT	Ernesto/Pau a pique (Yamana), Nova Xavantina (Caraíba), Garantã (Rio Novo)
TO	Almas (Rio Verde), Natividade
AP	Tartaruga
AL	Mineração vale Verde (Polimetálicos)

Fonte: Diversas

Obs: não estão incluídas as expansões

Figura 02: Processos Minerários do Ouro- Brasil



Fonte: DICAM/DNPM

Tabela 03: Direitos minerários por UF – Ouro (base Maio/2010)

UF	REQ. PESQUISA	AUT. PESQUISA	REQ. LAVRA	CONC. LAVRA	REQ. PLG	LAVRA GARIMPEIRA
AC	1	1				
AL	1	79				
AM	470	189			29	2
AP	320	76	3	5	11	
BA	88	900	11	19		
CE	16	73				
DF	6	29	1			
ES	74	189	8			
GO	309	1787	38	19	4	2
MA	51	74	3	1		
MG	572	1266	61	92	2	4
MS	15	44				
MT	723	885	13	15	153	207
PA	3306	1000	12	9	14293	240
PB	5	109		2	1	
PE	3	53		4		1
PI	8	75				
PR	19	56	8	11		
RJ	42	92	2			
RN	18	155		3		
RO	638	226		1	1512	60
RR	248	18				
RS	91	79	2	1		
SC	17	88	6	4		
SE		13				
SP	83	61		1	3	1
TO	168	461		2	1	3
Total	7292	8078	168	189	16009	520

Tabela 03: Produção Brasileira anual de Ouro

Produção Brasileira de Ouro (t) 1990/2009 (e)			
Ano	Produção Industrial	Produção Garimpo	Total
1990	30,1	71,8	101,9
1991	34,0	55,5	89,6
1992	39,0	46,8	85,8
1993	39,9	34,3	74,2
1994	40,0	30,3	70,3
1995	41,1	21,5	62,6
1996	41,3	13,9	55,2
1997	41,1	11,3	52,3
1998	37,8	8,2	46,0
1999	42,4	9,0	51,4
2000	42,1	8,4	50,5
2001	46,0	5,9	51,9
2002	33,0	8,7	41,7
2003	26,1	14,3	40,4
2004	28,5	19,1	47,6
2005	32,8	8,3	41,1
2006	37,9	5,2	43,1
2007	44,4	5,2	49,6
2008	46,1	8,6	54,7
2009 (e)	52,9	3,5	56,4
Total	776,3	390,0	1166,3

Fonte: Sumário Mineral/DIPLAM/DNPM
(e): estimada

Perspectivas

Na cadeia produtiva nacional de jóias, o peso das exportações de ouro na forma de barras, fios e placas é cada vez maior. Em 2002, o setor exportou US\$ 589,6 milhões no total, sendo US\$ 349,1 milhões (59,2%) na forma de barras e fios de ouro. Em 2009, a cifra foi de US\$ 1,736 bilhão, dos quais cerca de US\$ 1,384 bilhão (79,7%) em barras e fios, sustentando a elevação das exportações da Cadeia Produtiva de Jóias. Até abr/2010, as exportações de ouro atingiram US\$516 milhões, representando aumento de 13% sobre mesmo período em 2009.

O cenário para produção de ouro no Brasil é bastante promissor para os próximos anos. Uma simulação com os novos projetos e expansões até 2017 permite, considerando as condições atuais, estimar uma produção de 135 tpa (das quais 130 tpa serão advindas de produção industrial). Os destaques serão MG, PA e GO, que serão responsáveis por cerca de 70% da produção nacional de ouro industrial em 2017. A BA e MT também terão uma produção anual destacada (da ordem de 10/15 ton/ano). O maior percentual de crescimento será no Pará com os projetos atualmente em avaliação (tabela 2) e expansão da produção de cobre da empresa Vale, tendo o ouro como sub-produto.

Com a elevação da cotação do ouro, observa-se uma tendência de viabilização e exploração de minas com reservas totais da ordem de 15 a 30 toneladas (500.000 oz a 1.000.000 oz) a um ritmo de produção anual de 2 a 3 toneladas.